

NÃO SE USA VÍRGULA ENTRE O SUJEITO E O PREDICADO?

Maria Marta Furlanetto *

Resumo

Este estudo trata da regra que proíbe o uso da vírgula entre o sujeito e o predicado. Admite-se que a regra é correta, mas restritiva, e que os conceitos dos termos oracionais não permitem a compreensão da estrutura dos enunciados escritos como manifestações textuais. Focaliza-se, assim, a relação gramática/uso da língua.

Palavras-chave: escrita; sinais de pontuação; sujeito e predicado.

Abstract

This study deals with a rule prohibiting to make use of a comma between subject and predicate. It is admitted that the rule is correct but restrictive, and that concepts of sentence constituents don't allow the understanding of written statements structure as textual manifestations. So, discussion focuses on grammar/language use relationship.

Key words: writing; punctuation marks; subject and predicate.

INTRODUÇÃO

Em 1944 o Professor Francisco da Silveira Bueno publicava a sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. No que se refere à pontuação, aqui focalizada, veja-se como a regra principal é estabelecida: “Não se separam, imediatamente, palavras que estão ligadas pela função lógica que exercem. Assim, não se separa o sujeito do predicado nem o objeto direto do verbo que o rege quando estão uns após os outros.” (p. 497) Este é o primeiro “caso proibitivo” de uso da vírgula.

Silveira Bueno delinea algo pertinente à regra tão conhecida, mas não o explicita: ele diz que a separação é proibida “quando [os termos] estão uns após os outros”. Essa determinação é aqui fundamental, e falarei disso no momento mais oportuno. Em todo caso, apresento já um complemento para a regra nesta outra de Pereira (1941), em que ele especifica as condições de emprego da vírgula: “Para separar os COMPLEMENTOS CIRCUNSTANCIAIS de certa extensão, principalmente quando TRANSPOSTOS OU INTERPOSTOS entre membros que se pedem reciprocamente (*sujeito e predicado, verbo e objeto*):...”

A referência que faço a gramáticas mais antigas constitui, para além de uma homenagem a estudiosos da língua portuguesa, uma demonstração de que pouco se mudou o tratamento gramatical em mais de meio século, além de que esses autores apresentavam alguns aspectos sobre os quais é válido refletir. Com efeito, as observações acima demandam mais reflexão que este item de conclusão sobre o uso da vírgula, presente numa gramática “nova” do português “contemporâneo”: “os termos essenciais e integrantes da oração ligam-se uns com os outros sem pausa; não podem, assim, ser separados por vírgula. Esta a razão por que não é admissível o uso da vírgula entre uma oração subordinada substantiva e a sua principal;...” (cf. Cunha e Cintra, 1997, p. 632).

Todos reconhecem que a pontuação não pode ser regulada definitivamente, tendo em vista os fatores que atuam sobre o uso dos sinais. Silveira Bueno, por exemplo, nessa obra de 1944 (e isto nos parece ingênuo, hoje), pauta o uso também pela respiração, pela profissão e pelo temperamento. (cf. p. 493-494).

A ênfase que estou dando a essas questões se prende, de um lado, à complicada relação entre gramática e uso da língua — que se reflete em dúvidas constantes no plano do ensino e da aprendizagem —, e de outro lado na observação

* Professora no Mestrado em Ciências da Linguagem e no Mestrado em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

das chamadas ‘infrações’ às regras, apesar de um ensino insistente e repetitivo. No caso da pontuação, ensinam-se os sinais, mas nem sempre se aprende a usá-los. A amostra que coletei facilmente (só de textos publicados) indica o que me parece ser uma compreensão equivocada da estrutura gramatical/semântica/discursiva do texto.

UMA HIPÓTESE PARA DISCUSSÃO

Admito, para início de discussão, que a regra apontada para uso é correta. Correta, mas muito restrita e não explicativa. Quero dizer: a própria estrutura sintática (do ponto de vista do conceito de frase, ou mesmo de oração) e a estrutura do enunciado (do ponto de vista da formulação textual) precisam ser compreendidas. É aqui que se centraliza o problema. Por outro lado, objetivo mostrar que alguns autores alinhados no contexto do estruturalismo lingüístico (aqui incluído Chomsky (1965) por uma faceta de sua abordagem) apontam uma direção que considero relevante para a compreensão do enunciado como construção textual.

O sujeito, mesmo em sintaxe estrita, não é apenas o ‘núcleo’. Deve ser interpretado, para o bom funcionamento da pontuação dentro do texto (esta é a minha hipótese), primeiramente como o sujeito de nível mais alto, tal como o compreendiam André Martinet, Gustave Guillaume e Noam Chomsky (recortando a “frase” em duas partes: S e P; os outros possíveis S e Peram de nível inferior, “encaixados”). São as confusões de nível que levam, em primeiro lugar, às confusões de pontuação, que muitos utilizam com base em regras dissociadas da estrutura complexa das seqüências textuais.

Para examinar a questão e promover uma reflexão mais ampla, vou me apoiar em dois documentos, comentando-os.

PROPOSTAS PARA O ENSINO...

Alertando para não se confundir ensino de pontuação com ensino de sinais de pontuação, o documento *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/MEC)*, que chegou nas escolas em 1997¹, salienta que “o procedimento de pontuar é parte da atividade de textualização”. Veja-se bem: se pontuação é dada como conteúdo **conceitual**, aprende-se **o que** são sinais de pontuação, e não **como** usar esses sinais; o adequado seria aprender a usá-los.

“Aprender a pontuar é aprender a partir e reagrupar o fluxo do texto de forma a indicar ao leitor os sentidos propostos pelo autor, obtendo assim efeitos estilísticos.” (MEC, p. 63) Assim, o escritor pontua para indicar separações e mostra a natureza dessa separação pela escolha do

sinal. O que ele mostra, em última análise, é como estruturou o seu texto e qual o modo de interpretar a articulação entre as partes indicadas.

Eis a regra: “A única regra obrigatória da pontuação é a que diz onde **não** se pode pontuar: entre o sujeito e o verbo e entre o verbo e seu complemento”. Observo que para quem não sabe onde está o sujeito e, às vezes, nem o verbo vai ser bem difícil seguir a regra.

Quais as sugestões dos *Parâmetros*? São estas: 1. conversar sobre as decisões que cada um tomou ao pontuar; procurar justificativas; 2. analisar alternativas de pontuação tendo em vista o sentido buscado para o enunciado e o texto em produção e os efeitos estilísticos previstos; 3. observar usos nos diferentes gêneros e suas razões; 4. analisar efeitos estilísticos conseguidos pelos bons autores.

Mas o trabalho que considero mais interessante, sobre o assunto, é *Escrita técnica – o vôo da abelha* (Votre & Votre, 1991), onde encontramos um capítulo sobre “Razões discursivas do uso da vírgula”. Note-se que os autores centram o trabalho no **uso**, e não na proibição.

O uso da vírgula, dizem eles, se justifica por princípios de separação. Quem escreve “separa” em função de um leitor, mesmo que este seja apenas ele mesmo: quer dizer, a escritura implica necessariamente a leitura (mas não em voz alta), e o eventual corretor de um trabalho escrito está centrando sua correção no que ele imagina de si mesmo como leitor.

Não concordo totalmente com os princípios sintáticos estabelecidos pelos autores para explicar onde se deve ou pode marcar uma separação. Eles dizem: “Relembremos que o texto é constituído de parágrafos. Que os parágrafos se formam por períodos. E os períodos, de orações.” Faço restrição a essa caracterização sintática, na medida em que os autores falam em “razões discursivas”, e não tipicamente sintáticas. Ora, há recortes textuais **sem oração**, no sentido em que isso é definido gramaticalmente. Vejamos: *Muito freqüentemente. Nada, aliás. Por outro lado, sim. Doente, coitada. Assim, muito devagarinho.*

Continuando: a oração será encarada como uma cadeia de constituintes, que guardam entre si “coesão de diferentes graus”. Dependendo da força de coesão, separa-se ou não um constituinte de outro. Chegamos ao sujeito e ao predicado através da constituição da oração “típica”. E aqui está o princípio da não separação: sujeito e predicado estão intimamente unidos, na medida em que o segundo comenta o primeiro. Eles são, pois, fortemente coesos, inseparáveis. A regra é fácil de enunciar; no discurso, as coisas parecem bem mais difíceis. Precisaríamos, para seguir a regra, ter a capacidade de detectar cada um desses constituintes. O ensino tem privilegiado a gramática, nesse caso a sintaxe, mas os resultados não têm sugerido um aprendizado efetivo.

¹ Uso aqui as sugestões da versão provisória (agosto de 1996).

Votre & Votre alertam, logo em seguida, que não importa se o sujeito é nominal ou oracional. Do mesmo modo, no caso de complemento verbal não importa se o complemento é um nome ou uma oração. Ora, normalmente os exemplos das gramáticas não vão tão longe. Além disso, aprendemos tradicionalmente a analisar buscando o foco verbal para descobrir quantas orações há, e assim encontramos às vezes muitos sujeitos e muitos predicados. Por outro lado, algumas das regras de pontuação apelam para a idéia enviesada de “ordem canônica”, que também só faz sentido quando estamos no mundo da sintaxe estrita (muito abstrato), e não do texto, que é uma manifestação discursiva.

Neste ponto, os autores apresentam um princípio geral de **separabilidade**: “separe tudo o que não puder ficar contíguo, sob pena de deixar o leitor confuso sobre onde termina um constituinte e começa outro.”. Em seguida, os casos em que a vírgula é obrigatória e aqueles em que é opcional. Para discutir a chamada “ordem canônica”, fico apenas com este: **princípio delimitador de suspensão**: *delimite, à esquerda e à direita, constituinte intercalado na cadeia básica*. É claro que, para isso, é preciso saber qual o lugar típico de cada constituinte. É aqui que entra a questão do canônico. Os autores usam esse conceito, mas apenas dizem que um constituinte intercalado está “fora da ordem normal”. Alguns casos, para eles, são: oração adjetiva explicativa, apostro, advérbio, conjunção, locuções.

Essa preocupação do separa/não-separa através de regras meramente sintáticas deixa de lado quase sempre a dimensão semântica (apesar de os autores, aqui, enfatizarem). Em vez de se perguntar apenas se isso ou aquilo é um sujeito ou um adjunto adverbial, por que não se pergunta se isso ou aquilo faz sentido ou não, e como faz sentido?

Mas passemos à questão central do “canônico” com relação à ordem dos constituintes.

ORDEM CANÔNICA?

O que se poderia chamar uma “sintaxe plena”, do ponto de vista da gramática, implicaria certa ordem de ocorrência dos termos (ou constituintes), devendo, por necessidade lógica, “emergir” todos aqueles solicitados em instância de complementação.

Uma frase pode servir de modelo para um número variado de enunciados; mas a pergunta crucial é: e quando os enunciados estão encadeados em texto mais longo? Se mantiver o pressuposto de uma ordem canônica, concluirei que a maioria dos enunciados de um texto desvia do padrão. Ora, dois enunciados em seqüência dificilmente apresentarão a mesma ordem. Acredito que não se deve descartar certos critérios pura e simplesmente, mas é urgente pensar que, para o **modo de funcionamento dos textos**, a ordem canônica de base frasal não é apropriada: ela corresponde a uma visão lógico-formal da estrutura da língua.

Se uma certa ordem de ocorrência dos constituintes parece “natural”, penso que isto está ligado basicamente ao princípio de coesão (Votre & Votre salientam a coesão, mas sua explicação ainda se restringe ao nível frasal). Compare-se:

1. *O ato de linguagem pressupõe expressão e expressividade.*
2. *O ato de linguagem pressupõe igualmente.*

A seqüência (2) só fará sentido se em algum lugar estiver indicado o elemento solicitado por *pressupõe* — o que, sem dúvida, poderá legitimá-la como enunciado dentro de um texto. Quem ousaria dizer que *igualmente* é o complemento de *pressupõe*?

O que chamo de **princípio de coesão** tem duas facetas: a marcação dentro do enunciado (como no exemplo acima) é de ordem interna; a outra é de ordem externa, marcação na seqüência enunciativa. Na linguagem escrita, pode apresentar matizes na medida em que ocorra num bloco constituindo parágrafo ou estabelecendo relação entre parágrafos.

O tipo de ligação que se estabelece aí está vinculado à **topicalização**, assim entendida: 1) diz respeito à escolha inicial para organizar um texto (como começar?); 2) relativizando essa primeira opção, indica como prosseguir, na medida em que o corpo textual construído vai estabelecendo limites para a continuidade. Ou seja: as decisões de topicalização vão progressivamente diminuindo, e a exigência de coesão é que estabelecerá a configuração mais ampla. Resumindo: o canônico do texto não pode ser aquele da frase, da sintaxe estrita.

Penso que essa explicação é plausível, e pode ser explorada no sentido de permitir uma prática menos aleatória de aprendizado da pontuação. Afinal, as funções possíveis de cada sinal são tão importantes, para nós, como aquelas de ordem alfabética (as letras), criando em integração com elas uma série de modulações para os textos.

A UNICIDADE MECÂNICA DA FRASE

No início deste trabalho apresentei uma hipótese relativa à compreensão da estrutura do enunciado, que tem implicação no uso adequado da vírgula e dos sinais de pontuação em geral. Aí a noção de nível é fundamental, e percebemos, na perspectiva discursiva, a importância do aspecto estrutural da montagem do texto. Sintetizo, para esse propósito, a concepção de dois estruturalistas, André Martinet (1974) e Gustave Guillaume (cf. Valin, 1973; Furlanetto, 1995).

Martinet (1974), criticando certos estruturalistas pelo fato de analisarem os enunciados mais como uma sucessão de morfemas que como uma síntese deles em unidades mais vastas, salientava ser necessário, para analisar uma língua, encontrar o menor segmento dela integralmente representativo. A frase é o resultado dessa determinação, mas em sua

estrutura seria preciso ainda buscar um **fundamento**, isolando aquilo que ele passou a chamar ‘expansões’ a partir de um núcleo.

Um enunciado como *Meus gatinhos comem carne todo dia* seria reduzido a *meus gatinhos comem*. Chega-se a uma díade típica da sintaxe: sujeito / predicado. Mas isso não garante ainda a essencialidade do par. Martinet examina, então, a possibilidade seguinte: *Houve corrida de carros na Itália na semana passada*. Num enunciado como esse há, segundo sua concepção, um predicado de existência (com núcleo **nominal**) para o qual é possível encontrar uma correspondência no plano **verbal**: *Carros correram na Itália na semana passada*. O núcleo daquele enunciado se resume a **[houve] corrida**. Significa isto que um núcleo predicativo pode ser um **nome**.

Ao núcleo necessário do enunciado Martinet chamará ‘predicado’. É em torno dele que os outros elementos se ordenam, de um modo pouco complexo ou extremamente complexo, havendo gradações (tal núcleo, para o autor, é um traço universal das línguas).

A chave para a compreensão do mecanismo de formação da frase Martinet a formula na seguinte tese: “No que a gramática clássica chama uma frase formada da proposição principal e de uma ou diversas proposições subordinadas [...] não haverá jamais senão *um só* predicado”. (p. 231).

É preciso explicar tal coisa. Há certos elementos elimináveis do enunciado, e que são considerados expansões, que se apresentam como predicados. Assim, em *Eu vejo que ele pára diante da estação*, a seqüência *ele pára* faz parte do conjunto eliminável *que ele pára diante da estação*; mas em *Ele pára diante da estação* faz parte do grupo sujeito/predicado. Por isto, *veja* é um predicado de nível mais alto que *pára*, que portanto não é um predicado no sentido estrito no primeiro enunciado. Ele será chamado por Martinet ‘predicatóide’.

Transcrevo abaixo um dos enunciados do meu trabalho (Furlanetto, 1995) para mostrar onde fica o limite entre o sujeito e o núcleo do predicado mais suas expansões. Nesse limite, pela regra de uso, não deve ocorrer vírgula:

3. *O estabelecimento da língua como sistema / vai se tornar pertinente a partir do momento em que a lingüística passa a ciência teórica pelo fato de examinar os fenômenos ultrapassando os limites da realidade imediatamente observável.*

Observe-se que, textualmente, os elementos se encaixam sem intercalações. Há mais de uma forma de se trabalhar sintaticamente esse enunciado para mostrar seus constituintes e as relações entre eles. Poderíamos tentar esta versão:

4. *É a partir do momento em que a lingüística passa a ciência teórica (pelo fato de examinar os fenômenos*

ultrapassando os limites da realidade imediatamente observável) que se vai tornar pertinente o estabelecimento da língua como sistema.

Tal possibilidade de formulação, entretanto, é dependente do lugar ocupado pelo enunciado no conjunto do texto. A ordem “natural” dentro do texto não é, por isso, aquela que se considera canônica de um ponto de vista abstrato, apenas gramatical.

Mas, pode-se perguntar, e as outras formas verbais ocorrentes no enunciado? Ora, para cada uma podemos identificar um sujeito em seu próprio nível. Os outros sujeitos e predicados participam da expansão do predicado que inicia com *a partir do momento...* e vai até o final. Aí encontramos, em primeiro lugar, *a lingüística / passa*, e segue outra expansão nesse nível, dentro da qual encontramos (*ela*) / *examinar* mais uma expansão; dentro desta, ainda há (*ela*) / *ultrapassando* e sua própria expansão.

A regra impede que haja uma separação por vírgula ali onde coloquei uma barra. Mas nada impede que entre um e outro seja “depositado” um constituinte. Seja:

5. *... a partir do momento em que a lingüística, sob a égide de Saussure, passa a ciência teórica...*

É a essa possibilidade que eu fazia referência quando enfatizei a regra tal como formulada por Silveira Bueno e complementada pela de Eduardo Carlos Pereira (v. introdução). Há mais um detalhe: as vírgulas separam, não o sujeito de seu predicado, mas o constituinte ali encaixado.²

Quanto a Guillaume, é impossível sequer esboçar sua teoria estruturalista neste momento. Entro diretamente na questão vinculada à mecânica da frase, tentando mostrar em que sentido ela se aproxima da forma como Martinet a encara.

Guillaume estabelece o seguinte princípio: “... uma frase pode, é evidente, ser substancialmente feita de diversas frases combinadas, mas a combinação resultante é sempre uma frase *una* do ponto de vista do mecanismo.”

Considero que a semelhança é patente. Além disso, os dois se encontram em muitos pontos nas explorações a respeito da tão discutida distinção verbo/nome. Salientando que os fatos de gramática geral não são numerosos, ele conclui que não existe oposição universal nesse caso, e que a questão se relaciona diretamente com a representação antinômica do tempo e do espaço. Ele conclui que línguas há que não possuem o que tipicamente chamamos de ‘verbo’, mesmo que possamos traduzir seus enunciados por outros, de outra língua, onde o verbo apareça.

EXEMPLOS DE VIOLAÇÃO

Os exemplos abaixo (pequena amostra da coleta feita, e que não identificarei) mostram como é possível ter-

² É por referência à imprecisão da própria regra que intitulei o presente trabalho de modo provocativo (interrogação) e com uma ambigüidade: “não se usa” valendo alternativamente como “não se deve usar” e afirmando implicitamente que se usa, sim (ou seja, isto se pratica).

se uma leitura dificultada de seqüências às vezes bastante simples, pelo fato de que nos instruem para uma separação de constituintes onde não deveria haver, ou ainda não separação onde é preciso que haja. Os recortes têm origem em material publicado (incluindo jornais). Não importa se o “erro” é do autor, do revisor ou do digitador. Vê-se que o modelo que deve funcionar para a regra não é o da oração, mas o do enunciado (nível sintático abrangente).

6. *A concretização dos projetos em escolas oficiais ou em minicursos realizados na Faculdade de Educação, possibilita a ação efetiva dos licenciados.*

O sujeito pleno vai até onde está a vírgula; é com o verbo ‘possibilita’ que começa o predicado.

7. *Os fatos políticos que provocam distanciamento entre o Executivo e o Legislativo de Florianópolis, já fornecem material suficiente para a edição de um livro,...*

Talvez se tenha pensado que o ‘já’ obstruía a regra...

8. *No entanto, o Núcleo Local da Unitrabalho, entende que há necessidade de se construir uma via de mão dupla com estas organizações...*

9. *As explicações que os professores derem para seus alunos, deverão conter algumas condições que as legitimem, ...*

10. *Este avançar do Estado em relação ao controle da educação, alijou tanto a sociedade civil como os profissionais da educação...*

11. *A falta de considerações metodológicas expressas de maneira detalhada na proposta anterior, exige que sejam esclarecidos procedimentos didáticos...*

12. *Bakhtin dedica alguns capítulos de seu famoso *Marxismo e filosofia da linguagem*, à análise das formas de DR [discurso referido] e a atenção especial que o fenômeno do DR aí recebe, se explica na medida em que...*

A vírgula em questão é a segunda, mas a primeira também é inadequada.

13. *Com justa indignação, a opinião pública, reclama da incapacidade governamental para promover ações preventivas ou mesmo um socorro rápido e eficaz.*

14. *A primeira idéia de se usar uma pochete presa à cintura, veio da observação dos Marsupiais como o **Canguru**, que leva a sua cria, em uma bolsa do seu próprio corpo.*

Note-se que a terceira vírgula também é excessiva, pela estreita relação coesiva entre *leva /a sua cria / em uma bolsa.*

UMA PITADA DE SUGESTÃO PARA A PRÁTICA

Em primeiro lugar é preciso compreender as práticas sociais de leitura para entender o fundamento da pontuação. A leitura é uma atividade que começa pela percepção visual e termina com a compreensão mental; ela só passa pela oralização em situações bem específicas, e isso não faz parte de sua natureza. O aparato gráfico da leitura não está ligado em definitivo às eventuais leituras oralizadas de outrem (v. Foucambert, 1994). A organização da página escrita não tem a ver diretamente com “pausas”. Em sentido genérico, além disso, também os brancos da página (espaços) compõem a pontuação, da mesma forma que o uso de caracteres especiais, cores e tamanhos.

Para enfatizar que a escrita não tem como objetivo precípua “reconstituir o movimento vivo da fala” — como se se tratasse da reprodução da fala —, tal como se encontra ainda ensinado em nossas gramáticas normativas, comprometendo a compreensão do regime especial da escrita, faço referência ao artigo *Discrepâncias entre a pontuação e as pausas*, de Scliar-Cabral e Rodrigues (1994). Mostram-se, ali, do ponto de vista psicolingüístico, evidências empíricas de que o texto oral e o escrito “apresentam regras próprias de estruturação, decorrentes das diferenças de processamento das entradas e saídas de sinais distintos e suas sucessivas representações” (p. 63). As autoras abordam a questão sob três enfoques: 1. apontam diferenças funcionais entre a fala e a escrita, salientando que não há isomorfismo entre a separação de constituintes da hierarquia sintática e a ocorrência de pausas, devendo-se considerar ainda que, no âmbito da oralidade, há uma função de planejamento, execução e monitoria, e uma função relativa à integração de traços de conversação. Na escrita, por outro lado, a pontuação permite ao redator organizar a sua representação discursiva e fornecer pistas para a compreensão do leitor. A hierarquia sintática (que devemos associar ao aspecto semântico) comanda basicamente a distribuição das marcas de pontuação; 2. mostram as diferenças de processamento por conta “das diferenças da natureza dos sinais e dos respectivos canais e centros de processamento utilizados na comunicação áudio-vocal e visuo-manual” (*ibid.*, p. 65); 3. salientam que o uso das pausas (e, é claro, dos outros componentes da oralidade) se dá de um modo espontâneo na criança em processo de aquisição da língua materna, enquanto que o sistema de escrita se constrói, normalmente, num contexto de ensino-aprendizagem sistemático, com base em critérios predominantemente sintáticos — o que vai exigir um mínimo de conhecimentos metalingüísticos.

Dessa forma, a má pontuação me parece um bom indicador da incompreensão da trama complexa dos textos. Por isso, uma das atividades mais adequadas, a meu ver, para fazer entender essa trama é tomar um trecho longo (de um texto antecipadamente estudado) — um parágrafo com-

plexo, por exemplo — e começar a eliminar constituintes, verificando-se as conseqüências disso na sinalização dele para a leitura (economia de sinais). A atividade complementar seria acrescentar constituintes em vários pontos, examinando alternativas, controlando o uso dos sinais. Essa forma de trabalhar os constituintes deve permitir relacionar as seqüências (sintaticamente consideradas) com sua significação para constituir o sentido do texto.

Suponho que o primeiro passo para entender o enunciado lingüístico é este: **encará-lo na sua unicidade organizacional, de um lado; de outro, encará-lo na sua incompletude em relação ao texto.** Observe-se que os exemplos dos gramáticos não apelam regularmente para seqüências que tenham vinculação explícita com outra seqüência, do tipo: *Bem, apesar da proposta com sabor modernista,... Ora, em primeiro lugar é preciso compreender... Iguamente os espaços... Depois, lembram os autores, é preciso encarar a oração...* A análise, por outro lado, é tão fragmentada que qualquer aprendiz pode ter a impressão de que um enunciado é o caos; não se trabalha razoavelmente a síntese de seus elementos.

É a fragmentação efetuada na análise que me chama a atenção em primeiro lugar. Ocorre, então, que muitas vezes um redator não reconhece um sujeito de nível mais alto, que pode ser bastante extenso, da mesma forma que o predicado. Meu parágrafo acima, começando com (*Eu*) *suponho...*, tem no primeiro enunciado um sujeito simples seguido do verbo *supor* e sua extensão, que vai até o ponto. Seu esquema é: *Eu suponho ISSO* (ISSO é a extensão). Depois vem a análise dessa extensão, que também não é tão simples. Tal análise será infrutífera, creio eu, se não se trabalhar ao mesmo tempo o critério semântico (perguntando-se: o que isso significa?) enquadrado no projeto discursivo (qual o sentido social desse enunciado? por que ele está aqui?)³.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHACON, Lourenço. (1998) *Ritmo da escrita: uma organização do heterogêneo da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- CHOMSKY, Noam. (1965) *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley. (1997) *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FOUCAMBERT, Jean. (1994) *A leitura em questão*. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre, Artes Médicas. (Or. fr. 1989).
- FURLANETTO, Maria Marta. (1995) *Gênero discursivo, tipo textual e expressividade*. Florianópolis, UFSC (mimeo).
- JUNKES, Terezinha Kuhn. (1995) *Trajatória da pontuação: da frase ao interdiscurso*. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC.
- MARTINET, André. (1974) *La linguistique synchronique*. Paris, PUF.
- MEC. (1995) *Parâmetros Curriculares Nacionais — Língua Portuguesa*. Secretaria do Ensino Fundamental - SEF.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. (1941) *Gramática expositiva* (curso superior). 57. ed.. Adaptada à ortografia oficial por Laudelino Freire. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- SCLIAR-CABRAL, Leonor; RODRIGUES, Bernardete Biasi. (1994) Discrepâncias entre a pontuação e as pausas. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 26, p. 63-77, Jan./Jun.
- SILVEIRA BUENO, Francisco da. (1944) *Gramática normativa da língua portuguesa* (curso superior). São Paulo, Saraiva & Cia.
- VALIN, Roch. (org.) (1973) *Leçons de linguistique de Gustave Guillaume – 1948-1949*, Série C. Paris, Klincksieck.
- VOTRE, Sebastião Josué e Vilmar Pedro. (Editor) (1991) *Escrita técnica — o vôo da abelha*. 2. ed.

³ Para o estudo de todos os sinais de pontuação, veja-se a tese de doutorado de JUNKES (1995). Quero lembrar aqui, ainda, a abordagem dos sinais de pontuação feita por CHACON (1998), no contexto de seu estudo do ritmo da escrita: "é possível pensar os sinais de pontuação como índices gráfico-visuais do ritmo da escrita, já que [...] pelo menos um dos papéis desses sinais é o de destacar elementos textuais que, articulados entre si, produzem um efeito de movimento para o texto." (p. 82) Embora por caminhos diferentes dos meus, o autor chega a "um novo domínio para o estudo e aplicação da pontuação: o texto (e não a frase, como ainda hoje se costuma apregoar). [...] Nossa sugestão é associar ao seu ensino o papel do ritmo da escrita e, com ele, a organização multidimensional da linguagem presente no texto." (p. 284)